

Risco descabido

É PRECISO EVITAR UMA SAÍDA PRECIPITADA DO RACIONAMENTO

*Rogério L. Furquim Werneck**

Ainda é cedo para se vislumbrar com clareza em que medida desdobramentos dos atentados terroristas de terça-feira nos Estados Unidos deverão afetar o desempenho da economia brasileira nos próximos meses. Mas não cabe dúvida de que, num primeiro momento, os efeitos dominantes serão adversos. O que mais se teme é que, ao disseminar sentimentos negativos entre consumidores e investidores, o clima de perplexidade, consternação e insegurança provocado pelos atentados possa empurrar a economia norte-americana -- e a economia mundial -- para inequívoca trajetória recessiva. Mesmo que não se chegue a tanto, é provável que a exacerbação da aversão ao risco nos mercados financeiros internacionais torne ainda mais problemático o financiamento externo da economia brasileira. E, especialmente, da economia argentina. O que já seria suficiente para estreitar em muito o espaço de manobra para a condução da política econômica no Brasil no futuro próximo.

Do *front* externo, portanto, é bem possível que as notícias sejam bastante desfavoráveis, pelo menos ao longo das próximas semanas. E, neste clima, é mais do que natural que haja, em Brasília, empenho redobrado na busca de boas notícias que possam contrabalançar o impacto da preocupante evolução do ambiente externo. É bem provável que, em resultado dessa mobilização, ganhe força dentro do governo a idéia de anunciar para breve a suspensão ou substancial relaxamento das medidas de contenção de consumo de energia impostas há poucos meses.

Não se trata de temor infundado. Nas últimas semanas, antes mesmo de o País se deparar com o quadro mais adverso que vem decorrendo dos atentados terroristas, já havia evidências claras de que tal idéia vinha sendo acalentada por certos segmentos do governo. Ainda na semana passada, o próprio Presidente mencionou em discurso proferido em almoço oferecido ao primeiro-ministro de Portugal que, quanto ao racionamento, se estava “chegando ao fim do sofrimento”. É bem verdade que tanto o ministro de Minas e Energia quanto o ministro Pedro Parente, responsável pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, têm mantido posições muito mais cautelosas acerca do racionamento. Mas não há como negar que há também no governo quem defenda postura bem menos prudente na condução da questão.

É mais do que sabido que, por várias razões, as medidas de contenção de demanda de energia acabaram sendo adotadas tardiamente. Tivessem sido impostas mais cedo, poderiam ter sido menos drásticas. Teriam trazido menos desconforto à população e tido conseqüências econômicas muito menos severas do que as que vêm sendo observadas. Será lamentável se, depois de ter enfrentado todos os custos de um

acionamento tardio, o País tiver agora que incorrer nos riscos desnecessários de uma saída prematura do racionamento.

A idéia de se abreviar a vigência do racionamento ganhou alento à medida que foi sendo constatada a extensão do sucesso que vem sendo alcançado pelas medidas de contenção de demanda impostas no início de junho. Foi este sucesso que vem permitindo que os níveis dos reservatórios das usinas hidroelétricas venham caindo menos rapidamente do que se esperava quando o racionamento teve início. Da constatação de que havia surgido esta “folga”, saltou-se, precipitadamente, para a idéia de que o fim do racionamento poderia ser anunciado em breve.

Talvez deva ser esclarecido que a “folga” significa tão-somente que o volume de água acumulado nos reservatórios vem se reduzindo em ritmo apenas um pouco menos assustador do que o previsto na trajetória de níveis mensais críticos que, quando anunciada no início de junho, foi vista com grande alarme por analistas mais bem informados. Em outras palavras, a situação tornou-se apenas um pouco menos precária. Nada justifica arriscar voltar novamente ao sufoco de junho, quando se temia que o País tivesse de enfrentar um colapso da oferta de energia elétrica no final do ano.

Se o empenho com a contenção de consumo de energia não for significativamente relaxado nos próximos meses e se o começo da estação chuvosa não for especialmente adverso, tudo indica que será afinal possível chegar a dezembro sem uma escalada do racionamento e recurso aos temidos apagões. Contudo, os especialistas asseguram que antes de meados do verão será impossível estabelecer com segurança com que condições hidrológicas se poderá contar até abril, para se recompor os níveis dos reservatórios e se chegar em posição minimamente confortável ao início do próximo período de seca. Até meados do verão, portanto, a prudência sugere que o esforço de racionamento seja mantido e que, no máximo, se introduzam medidas tópicas de flexibilização, na mesma linha que vem sendo seguida pelas autoridades responsáveis há alguns meses. Já não há mais espaço para gestão temerária no sistema elétrico.

É compreensível que haja no País grande ansiedade para dar por findo o racionamento. E há quem defenda que, sem isto, não será possível destravar a contenção de decisões de consumo e de investimento que parece explicar boa parte da brusca desaceleração da economia no segundo trimestre deste ano. Contudo, já há evidências de que, passado o susto inicial, o consumo começa a mostrar sinais de reação. E, quanto ao investimento, o mais importante não é propriamente que haja uma suspensão precoce do racionamento. E sim, que se anuncie um cronograma crível de relaxamento paulatino da contenção de demanda de energia, vinculado ao ritmo de recomposição dos níveis dos reservatórios no próximo verão.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.